



11/07/2017
11/07/2017
11/07/2017
11/07/2017



Demonstrações
Financeiras Individuais
Exercício de 2017

Índice

Demonstrações financeiras individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016

• Balanços Individuais em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016.....	4
• Demonstrações dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016.....	5
• Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016.....	6
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2016.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas	10
4. Activos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento	14
5. Locações	16
6. Participações financeiras.....	17
7. Outros activos financeiros.....	17
8. Activos por impostos diferidos	17
9. Clientes.....	18
10. Estado e outros entes públicos	18
11. Outros créditos a receber.....	19
12. Diferimentos.....	19
13. Caixa e depósitos bancários	19
14. Capitais próprios	19
15. Ajustamentos em activos financeiros.....	20
16. Provisões	20
17. Financiamentos obtidos	21
18. Fornecedores.....	21
19. Outras dívidas a pagar	21
20. Fornecimentos e serviços externos	22
21. Gastos com o pessoal	22
22. Outros rendimentos	23
23. Outros gastos	23
24. Resultados financeiros	23
25. Imposto sobre o rendimento	24
26. Partes relacionadas	24
27. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros.....	25
28. Eventos subsequentes.....	27
29. Informações exigidas por diplomas legais	27
30. Outras divulgações	28

RD

Y
J

K
A

V

S
d.
LIMA

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A.

Balanços Individuais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	31/dez/17	31/dez/16
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1 091 414	1 166 362
Propriedades de investimento	4	432 348	437 318
Activos intangíveis	4	2 168 361	2 439 321
Participações financeiras - outros métodos	6	3 049	3 049
Outros activos financeiros	7	41 071	45 521
Activos por impostos diferidos	8	<u>8 017</u>	<u>21 910</u>
Total dos Activos Não Correntes		<u>3 744 260</u>	<u>4 113 481</u>
Activo corrente			
Clientes	9	5 574 480	4 587 780
Estado e outros entes públicos	10	-	3 083
Outros créditos a receber	11	452 906	459 843
Diferimentos	12	13 306	11 586
Caixa e depósitos bancários	13	<u>626 944</u>	<u>726 596</u>
Total dos Activos Correntes		<u>6 667 636</u>	<u>5 788 888</u>
Capitais Próprios			
Capital subscrito	14	1 300 000	1 300 000
Reservas legais	14	17 128	16 161
Outras reservas		47 581	47 581
Resultados transitados	14	(638 939)	(657 315)
Ajustamentos em activos financeiros	15	74 280	74 280
Resultado líquido do período		<u>21 973</u>	<u>19 343</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>822 023</u>	<u>800 050</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	82 948	92 448
Financiamentos obtidos	17	<u>1 482 481</u>	<u>1 433 603</u>
Passivos por impostos diferidos		<u>6 187</u>	<u>6 187</u>
Total dos Passivos Não Correntes		<u>1 571 616</u>	<u>1 532 238</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	18	6 462 278	5 777 351
Adiantamento a clientes		-	18 213
Estado e outros entes públicos	10	183 088	126 515
Financiamentos obtidos	17	251 050	634 796
Outras dívidas a pagar	19	1 120 122	1 011 643
Diferimentos	12	<u>1 719</u>	<u>1 563</u>
Total dos Passivos Correntes		<u>8 018 257</u>	<u>7 570 081</u>
Total do Passivo		<u>9 589 873</u>	<u>9 102 319</u>
		<u>10 411 896</u>	<u>9 902 369</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A.

**Demonstrações dos Resultados Individuais
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Vendas e serviços prestados	27	4 709 208	4 489 399
Fornecimentos e serviços externos	20	(2 201 976)	(2 311 047)
Gastos com o pessoal	21	(1 932 757)	(1 859 513)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(3 175)	(16 825)
Provisões (aumentos/reduções)	16	(2 000)	(10 769)
Outros rendimentos	22	137 795	389 889
Outros gastos	23	(124 164)	(172 726)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		582 931	508 408
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(380 200)	(340 624)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		202 731	167 784
Juros e rendimentos similares obtidos	24	3 374	3 744
Juros e gastos similares suportados	24	(58 901)	(66 068)
Resultado antes de impostos		147 204	105 460
Imposto sobre o rendimento do exercício	25	(125 231)	(86 117)
Resultado líquido do período		21 973	19 343
 Resultado por acção básica		<u>0,08</u>	<u>0,07</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		21 620 120	21 265 906
Pagamentos a fornecedores		19 602 273	19 517 748
Pagamentos ao pessoal		<u>1 664 801</u>	<u>1 940 809</u>
Caixa gerada pelas operações		<u>353 046</u>	<u>(192 651)</u>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(7 772)	(65 739)
Outros recibimentos / pagamentos		<u>(39 235)</u>	<u>(17 546)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>306 039</u>	<u>(275 936)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		<u>1 529</u>	<u>20 622</u>
Recebimentos provenientes de:		<u>1 529</u>	<u>20 622</u>
Ativos fixos tangíveis		1 573	31 541
Ativos fixos intangíveis		-	290 291
Investimentos financeiros		7 314	9 752
Juros e rendimentos similares		<u>1 470</u>	<u>1 404</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>10 357</u>	<u>332 988</u>
		<u>8 828</u>	<u>312 366</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		<u>750 053</u>	<u>194 000</u>
Pagamentos respeitantes a:		<u>750 053</u>	<u>194 000</u>
Financiamentos obtidos		1 109 545	326 519
Juros e gastos similares		<u>55 027</u>	<u>63 836</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>1 164 572</u>	<u>390 355</u>
		<u>(414 519)</u>	<u>(196 355)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(99 652)</u>	<u>(159 925)</u>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		<u>726 596</u>	<u>886 521</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13	<u>626 944</u>	<u>726 596</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

-6-

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2017

(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do exercício
Posição no Início do exercício 2017						
Notas	1 300 000	16 161	47 581	(657 315)	74 280	19 343
						800 050
Alterações no exercício						
Aplicação resultado líquido		967		18 376		(19 343)
		967		18 376		(19 343)
Resultado Líquido do período						
					21 973	21 973
Resultado Integral					21 973	21 973
Posição no Fim do exercício 2017	14	1 300 000	17 128	47 581	(638 939)	74 280
						21 973
						822 023

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2016

(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do exercício
Posição no Início do exercício 2016						
Notas	1 300 000	16 161	47 581		74 280	(657 315)
						780 707
Alterações no exercício						
Aplicação resultado líquido					(657 315)	657 315
					(657 315)	657 315
Resultado Líquido do período						
Resultado Integral						19 343
						19 343
Posição no Fim do exercício 2016	14	1 300 000	16 161	47 581	(657 315)	74 280
						19 343
						800 050

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO



Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, SA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)



1. Nota introdutória

A Sociedade Atlas Seguros – Consultores e Corretores de Seguros, S.A., teve a sua génesis na redenominação da firma Patris Seguros – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. ocorrida em Março de 2013 mediante o registo do acto na Conservatória do Registo Comercial do Porto.

A Atlas Seguros – Consultores e Corretores de Seguros, S.A. (adiante designada por “Sociedade” ou “Atlas Seguros”) é uma sociedade anónima constituída em Abril de 1982, e tem a sua sede social na Rua Laura Alves, nº12 3º andar em Lisboa, desde Abril de 2014. A sociedade tem como objecto social a corretagem, mediação e consultoria de seguros e a sua actividade encontra-se enquadrada pelo Decreto – Lei nº 144/2006, de 31 de Julho.

Em 31 de Julho de 2013, foi registada na conservatória a fusão com a transferência global para a sociedade incorporante Atlas Seguros – Consultores e Corretores de Seguros, S.A., pelo respectivo valor contabilístico, com produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, dos elementos activos e passivos que integram o património das sociedades comerciais por quotas Radical – Mediação de Seguros, Lda., pessoa colectiva número 503097195, com o capital social de duzentos mil euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número 503097195, DC – Mediação de Seguros, S.A., pessoa colectiva número 507945611, com o capital social de cinco mil euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número 507945611 – incorporada.

Em 14 de Outubro de 2013, foi registada na conservatória a fusão com a transferência global para a sociedade incorporante Atlas Seguros – Consultores e Corretores de Seguros, S.A., pelo respectivo valor contabilístico, com produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, dos elementos activos e passivos que integram o património das sociedades comerciais por quotas A Marinho da Cruz, Lda., pessoa colectiva número 500003335, com o capital social de duzentos mil euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 1ª seção sob o número 1225 1/19290103.

A GI Seguros SGPS, S.A., com sede na Rua Laura Alves, nº12 3º andar detém 99,18% do capital da Sociedade e serão incluídas nas demonstrações financeiras da Empresa valorizado pelo Método de Equivalência Patrimonial.

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 15 de Março de 2018 e consideram-se definitivas após aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (UE).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os

montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos" (Nota 12).

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Atlas Seguros são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de depreciação utilizadas (taxas mínimas do DR 25/2009) correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil	Taxas
Edifícios e outras construções	100	1,00%
Equipamento de transporte	6	16,67% -28,57%
Equipamento administrativo	3 - 20	5% -16,66%
Outros activos tangíveis	16	6,25%

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado com a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Sociedade são constituídos por programas de computador e por carteiras de seguro que a empresa detém por aquisição ou por incorporação no processo de fusão.

Durante o ano de 2013, a Atlas Seguros procedeu à incorporação de três empresas sendo elas Radical – Mediação de Seguros, Lda., A. Marinho da Cruz, Lda. e DC – Mediação de Seguros, S.A. e à compra da carteira da LDC Seguros.

Esses activos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade. Estas despesas apenas são reconhecidas como activo, quando seja provável que delas adviem benefícios económicos futuros para a Empresa.

Em conformidade com as novas regras de amortização, que entraram em vigor e são aplicáveis ao exercício de 2016, os ativos intangíveis com vida útil indefinida devem, em linha com o preconizado da Diretiva n.º 2013/34/UE, transposta pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, ser amortizados num período máximo de 10 anos (NCRF 6 – Ativos Intangíveis).

O critério dos testes de imparidade baseia-se nas comissões brutas com efeito multiplicador de 1, comparando o ano subsequente com o ano actual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classes	Anos de vida útil	Taxas
Programas de computador	6	16,66%
Propriedade industrial	10	10,00%

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Sociedade tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sociedade nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do

investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Sociedade nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

3.5. Imposto sobre o rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria colectável.

Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Sociedade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Sociedade, periodicamente revisto e actualizado (Nota 8).

O regime fiscal adoptado pela Sociedade é o Regime especial de tributação dos grupos de sociedades.

3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.8. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital da Atlas Seguros encontra-se totalmente subscrito e realizado e é constituído por 260.000 acções com o valor nominal de 5,00 euros cada.

3.9. Provisões

A Sociedade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inherente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.2 e 3.3 acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rérito e regime do acréscimo

O rérito comprehende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rérito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Sociedade reconhece rérito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rérito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Sociedade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

3.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Estimativa de vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos calculados sobre prejuízos fiscais;
- Recuperabilidade de contas a receber de clientes e outros créditos a receber.

4. Activos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

O movimento ocorrido nos activos tangíveis e intangíveis e respectivas depreciações nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017				
	Saldo em 01-jan-17	Aquisições / Dotações	Vendas/Abates	Transferências	Perdas por imparidade
Activos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	101 063	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	754 854	-	-	-	-
Equipamento de transporte	438 020	60 433	(55 267)	-	-
Equipamento básico	158 042	-	-	-	-
Equipamento administrativo	802 320	938	-	-	-
Outros activos tangíveis	91 964	-	-	-	-
	2 346 263	61 372	(55 267)	-	-
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(144 143)	(7 304)	-	-	-
Equipamento de transporte	(113 482)	(73 408)	17 558	-	-
Equipamento básico	(126 183)	(8 291)	-	-	-
Equipamento administrativo	(757 492)	(8 192)	-	-	-
Outros activos tangíveis	(38 601)	(1 416)	-	-	-
	(1 179 901)	(98 611)	17 558	-	-
Valor líquido	1 166 362				1 091 414
Activos fixos intangíveis					
Projectos de desenvolvimento	106 141	-	-	-	-
Software	173 121	5 660	-	-	-
Propriedade industrial	3 451 721	-	-	-	-
	3 730 983	5 660	-	-	3 736 642
Depreciações Acumuladas					
Projectos de desenvolvimento	(98 761)	(2 460)	-	-	-
Software	(151 096)	(6 266)	-	-	-
Propriedade industrial	(1 041 805)	(267 893)	-	-	-
	(1 291 662)	(276 619)	-	-	(1 309 698)
Valor líquido	2 439 321				2 168 361
Total activos fixos tangíveis e intangíveis	3 605 683	(375 230)	17 558	-	3 259 775

RP

Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A.
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2017

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-jan-16	Aquisições / Dotações	Vendas/Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-dez-16
Activos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	101 063	-	-	-	-	101 063
Edifícios e outras construções	1 313 925	-	-	(559 071)	-	754 854
Equipamento de transporte	284 736	298 059	(144 775)	-	-	438 020
Equipamento básico	152 333	8 438	(2 729)	-	-	158 042
Equipamento administrativo	799 372	12 184	(9 236)	-	-	802 320
Outros activos tangíveis	<u>91 964</u>	-	-	-	-	<u>91 964</u>
	<u>2 743 393</u>	<u>318 681</u>	<u>(156 740)</u>	<u>(559 071)</u>	-	<u>2 346 263</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	(253 622)	(9 789)	-	119 268	-	(144 143)
Equipamento de transporte	(200 076)	(27 841)	114 435	-	-	(113 482)
Equipamento básico	(118 580)	(8 665)	1 062	-	-	(126 183)
Equipamento administrativo	(757 536)	(9 192)	9 236	-	-	(757 492)
Outros activos tangíveis	<u>(37 738)</u>	<u>(863)</u>	-	-	-	<u>(38 601)</u>
	<u>(1 367 552)</u>	<u>(56 350)</u>	<u>124 733</u>	<u>119 268</u>	-	<u>(1 179 901)</u>
Valor líquido	<u>1 375 841</u>					<u>1 166 362</u>
Activos fixos intangíveis						
Projectos de desenvolvimento	106 141	-	-	-	-	106 141
Software	166 331	6 790	-	-	-	173 121
Propriedade industrial	<u>3 549 503</u>	-	<u>(97 782)</u>	-	-	<u>3 451 721</u>
	<u>3 821 975</u>	<u>6 790</u>	<u>(97 782)</u>	-	-	<u>3 730 983</u>
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento	(96 301)	(2 460)	-	-	-	(98 761)
Software	(145 769)	(5 327)	-	-	-	(151 096)
Propriedade industrial	<u>(791 158)</u>	<u>(274 000)</u>	<u>15 673</u>	-	<u>7 680</u>	<u>(1 041 805)</u>
	<u>(1 033 228)</u>	<u>(281 787)</u>	<u>15 673</u>	-	<u>7 680</u>	<u>(1 291 662)</u>
Valor líquido	<u>2 788 747</u>					<u>2 439 321</u>
Total activos fixos tangíveis e intangíveis	<u>4 164 588</u>	<u>(338 137)</u>	<u>140 406</u>	<u>119 268</u>	<u>7 680</u>	<u>3 605 683</u>

O movimento ocorrido nas propriedades de investimento e respectivas depreciações no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-jan-17	Aquisições / Dotações	Vendas/Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-dez-17
Propriedades de investimento						
Edifícios e outras construções	<u>559 071</u>	-	-	-	-	<u>559 071</u>
	<u>559 071</u>	-	-	-	-	<u>559 071</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	(121 753)	(4 970)	-	-	-	(126 723)
	<u>(121 753)</u>	<u>(4 970)</u>	-	-	-	<u>(126 723)</u>
Valor líquido	<u>437 318</u>					<u>432 348</u>

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-jan-16	Aquisições / Dotações	Vendas/Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-dez-16
Propriedades de investimento						
Edifícios e outras construções				559.071		559.071
				559.071		559.071
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções		(2.485)		(119.268)		(121.753)
		(2.485)		(119.268)		(121.753)
Valor líquido						437.318

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Propriedades de investimento" corresponde a activos imobiliários detidos pela Empresa que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

Os rendimentos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica "Rendimentos suplementares" e ascenderam a 16.688 e 9.375 Euros, respectivamente no período findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Nota 22).

O justo valor do activo detido situa-se entre 420 e 497 milhares de euros, conforme o método considerado seja o de mercado ou do rendimento. Os valores indicados foram obtidos de acordo com avaliação externa reportada a 17 de Agosto de 2017, por entidade especializada independente, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário e no método do rendimento tendo em conta a média das rendas futuras contratualizadas e a renda de mercado.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro do cenário da normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, não originará perdas de imparidade.

5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas dos contratos de locação financeira são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.
As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e operacionais em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 são detalhados como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Locações financeiras		
Até 1 ano	65 506	68 482
Entre 1 e 5 anos	216 216	234 738
A mais de 5 anos	9 111	41 275
	<hr/> 290 833	<hr/> 344 494
Locações operacionais		
Até 1 ano	164 487	177 653
Entre 1 e 5 anos	657 949	710 611
	<hr/> 822 436	<hr/> 888 264

6. Participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a única participação financeira é a Gessur – Gestão de Seguros (Consultores), Lda., detida a 100% pela Atlas Seguros Consultores e Corretores de Seguros, S.A..

7. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outros activos financeiros" tinha a seguinte composição:

	31/dez/17	31/dez/16
Empréstimo de suprimentos (Nota 26)	34 132	41 446
	34 132	41 446
Outro activo financeiro Fundo de compensação	6 939	4 075
	6 939	4 075
Total outros activos financeiros	41 071	45 521



8. Activos por impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Activos por impostos diferidos" tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2017			
	Saldo em 01-Jan-17	Constituição	Reversão	Saldo em 31-Dec-17
Activos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	12 565	-	12 565	-
Provisões	9 345	-	1 328	8 017
	21 910	-	13 893	8 017
31 de Dezembro de 2016				
	Saldo em 01-Jan-16	Constituição	Reversão	Saldo em 31-Dec-16
Activos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	52 645	-	40 080	12 565
Provisões	-	9 345	-	9 345
	52 645	9 345	40 080	21 910
31/dez/17				
Resultados de 2015	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos	Ano limite de utilização	31/dez/16
	-	-	2027	59 834
	-	-	-	12 565
31/dez/16				
	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos	Ano limite de utilização	31/dez/16
	59 834	-	2027	12 565

9. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31/dez/17	31/dez/16
Clientes conta corrente		
Clientes - Seguros	5 445 296	4 420 417
Clientes Gerais	77 912	111 402
Entidades do grupo (Nota 26)	51 272	55 961
Clientes de cobrança duvidosa	39 262	39 262
	<hr/> 5 613 742	<hr/> 4 627 042
Perdas por imparidade acumuladas	(39 262)	(39 262)
	<hr/> 5 574 480	<hr/> 4 587 780

Os montantes registados na rubrica de Clientes-Seguros correspondem aos prémios de seguros emitidos e ainda não recebidos (incluídas as respectivas comissões). Adicionalmente, a Sociedade apenas paga às seguradoras os prémios deduzidos das comissões após receber dos respectivos clientes.

Os saldos reconhecidos em clientes de cobrança duvidosa correspondem a valores de clientes com risco real de incobrabilidade cujo processo de recuperação está a ser acompanhado pela área de contencioso. Desta forma, encontra-se reconhecida a perda por imparidade pelo saldo correspondente.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31/dez/17	31/dez/16
Ativo		
Outros impostos e taxas	<hr/> -	3 083
	<hr/> -	<hr/> 3 083
Passivo		
Segurança Social	43 206	34 916
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	40 906	32 733
Outros impostos e taxas	371	3 484
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	98 605	55 382
	<hr/> 183 088	<hr/> 126 515

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

11. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Acréscimos de rendimentos	396 066	364 320
Entidades do Grupo (Nota 26)	2 689	2 539
Outras contas a receber	74 151	109 809
	<hr/> 472 906	<hr/> 476 668
Perdas por imparidade acumuladas	(20 000)	(16 825)
	<hr/> 452 906	<hr/> 459 843

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, na rubrica de acréscimos de rendimentos encontram-se reconhecidos, nomeadamente, os valores respeitantes a comissões a receber das Companhias de Seguro a título de extra-comissionamento, cujo recebimento ocorre no exercício subsequente ao qual diz respeito.

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Diferimentos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31/dez/17	31/dez/16
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	10 946	9 712
Rendas	112	72
Outros rendimentos a reconhecer	2 248	1 802
	<u>13 306</u>	<u>11 586</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendas imóveis	1 719	1 563
	<u>1 719</u>	<u>1 563</u>

13. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos da rubrica apresentavam-se como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Caixa	307	972
Depósitos à ordem	626 637	725 624
	626 944	726 596

14. Capitais próprios

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 15 de Maio de 2017, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foi decidido que do resultado líquido positivo de 19.343 euros referente a esse exercício fosse transferido 967 euros para a rubrica de Reservas Legais e 18.376 euros para a rubrica de Resultados transitados.

15. Ajustamentos em activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos da rubrica apresentavam-se como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Diferenças Fusão DC 2013	58 523	58 523
Variação Capital próprio	28 046	28 046
Ajustamento transição Gessur	(3)	(3)
Diferenças Fusão Radical	(3 714)	(3 714)
Diferenças Fusão AMC	(8 572)	(8 572)
	<hr/> 74 280	<hr/> 74 280

16. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Provisões", apresentava os seguintes saldos:

	31 de Dezembro de 2017			
	Saldo em 01-Jan-17	Constituição	Reversão/ Utilização	Saldo em 31-Dez-17
Provisões				
Provisão para anulação de recibos	64 773	-	-	64 773
Outras	27 675	2 000	(11 500)	18 175
	<hr/> 92 448	<hr/> 2 000	<hr/> (11 500)	<hr/> 82 948
 31 de Dezembro de 2016				
	Saldo em 01-Jan-16	Constituição	Reversão/ Utilização	Saldo em 31-Dez-15
Provisões				
Provisão para anulação de recibos	59 179	5 594	-	64 773
Provisão para indemnizações	200 000	-	(200 000)	-
Outras	22 500	5 175	-	27 675
	<hr/> 281 679	<hr/> 10 769	<hr/> (200 000)	<hr/> 92 448

A provisão para anulações de recibos visa acautelar as anulações de recibos emitidos que possam ocorrer em exercícios futuros e é revista anualmente tendo em conta os dados históricos de perdas da empresa.

As outras provisões visam acautelar possíveis encargos a suportar com a cessação de contratos.

17. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31/dez/17		31/dez/16	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras				
Conta corrente caucionada	7 000	-	244 000	-
Descobertos	53	-	-	-
Empréstimos bancários	71 348	536 278	322 314	1 079 572
Outros empréstimos obtidos				
Leasing/ALD	65 506	225 326	68 482	276 011
Imobiliário	14 071	65 394	13 962	79 526
Automóvel	51 435	159 932	54 520	196 485
Outras entidades				
Outros empréstimos obtidos (Nota 26)	107 143	720 877	-	78 020
	251 050	1 482 481	634 796	1 433 603
			<u>1 733 531</u>	<u>2 068 399</u>

18. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31/dez/17	31/dez/16
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores - Seguros	6 122 835	5 352 213
Fornecedores c/c gerais	32 334	56 007
Entidades do grupo (Nota 26)	307 109	369 131
	<u>6 462 278</u>	<u>5 777 351</u>

19. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte composição:

	31/dez/17	31/dez/16
Credores por acréscimos de gastos		
Entidades do grupo (Nota 26)	442 008	334 546
Remunerações a pagar	64 380	161 726
Outros Credores	256 832	231 781
	<u>356 902</u>	<u>283 590</u>
	<u>1 120 122</u>	<u>1 011 643</u>

Na rubrica de outros credores encontram-se reconhecidos os valores correspondentes à cedência de comissões a liquidar aos prestadores de serviços de intermediação em contractos de seguro.

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, foi a seguinte:

	31/dez/17	31/dez/16
Comissões	1 025 320	1 065 119
Publicidade e propaganda	403 176	374 866
Rendas e alugueres	165 561	177 774
Trabalhos especializados	100 824	154 567
Honorários	91 652	99 285
Deslocações, estadas	91 586	121 212
Despesas de representação	55 183	64 752
Comunicação	54 837	67 846
Combustíveis	51 801	47 978
Serviços bancários	34 872	19 882
Conservação e reparação	23 338	16 378
Electricidade	19 359	14 225
Seguros	19 165	21 283
Material de escritório	18 371	15 556
Limpeza, higiene e conforto	15 312	15 590
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 065	4 257
Contencioso e notariado	1 428	2 094
Outros Serviços	25 126	28 383
	2 201 976	2 311 047

O valor da rubrica "Comissões" diz respeito a retrocessão de comissões a prestadores de serviços referente a contractos com a Atlas Seguros.

21. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Remunerações do pessoal e órgãos sociais	1 375 385	1 334 682
Encargos sobre remunerações	309 090	297 549
Cedência de pessoal	168 012	148 514
Seguros	9 092	9 743
Indemnizações	5 677	4 513
Benefícios pós emprego	3 723	3 191
Outros gastos com pessoal	61 778	61 321
	1 932 757	1 859 513

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a Atlas Seguros contava com 42 e 44 colaboradores, respectivamente. O montante registado em cedência de pessoal corresponde ao pessoal cedido por outras entidades do grupo.

22. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Rendimentos suplementares	57 478	93 457
Arrendamento de imóveis	19 688	9 375
Alienação activos fixos tangíveis	1 000	31 141
Correcções a exercícios anteriores	115	4 469
Alienação activos fixos intangíveis	-	249 402
Outros	59 514	2 045
	<hr/> 137 795	<hr/> 389 889

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os rendimentos suplementares correspondem a cedência de pessoal da Atlas a outras entidades do grupo.

Na rubrica "Outros" destaca-se o valor de 18.175 euros reconhecido como excesso de estimativa de impostos.

23. Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, foram como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Imposto de selo	85 170	87 434
Outros impostos	7 893	2 661
Quotizações	5 666	1 500
Correcções a Exercícios Anteriores	3 320	6 378
Imposto sobre veículos	3 090	3 129
Imposto municipal sobre imóveis	2 874	3 862
Alienações Activos Fixos Tangíveis	1 327	11 141
Insuficiência estimativa de imposto	-	5 511
Outros gastos	14 824	51 110
	<hr/> 124 164	<hr/> 172 726

24. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, tinham a seguinte composição:

	31/dez/17	31/dez/16
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 470	1 404
Juros de suprimentos (Nota 26)	1 904	2 340
	<hr/> 3 374	<hr/> 3 744
Juros e gastos similares suportados		
Empréstimos bancários e contas correntes caucionadas	46 088	56 595
Juros de contrato de leasing	8 912	5 274
Juros de suprimentos (Nota 26)	3 901	3 901
Juros de Mora	-	298
	<hr/> 58 901	<hr/> 66 068
Resultados financeiros	<hr/> (55 527)	<hr/> (62 324)

25. Imposto sobre o rendimento

A rubrica “Imposto sobre o rendimento”, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, tinha a seguinte composição:

	31/dez/17	31/dez/16
Tributação Autónoma	29 450	35 388
IRC	75 591	16 149
Derrama	6 297	3 845
Activos por impostos diferidos	13 893	30 735
	<hr/> 125 231	<hr/> 86 117

26. Partes relacionadas

As transacções e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, são apresentados nos quadros que seguem:

	Transacções	31/dez/17	31/dez/16
Comissões cedidas			
GI Insurance Portugal	38 811	50 207	
	<hr/> 38 811	<hr/> 50 207	
Serviços adquiridos			
GI Serviços Corporativos	-	12 913	
	<hr/> -	<hr/> 12 913	
Juros Suprimentos Obtidos (Nota 24)			
Gessur	1 904	2 340	
	<hr/> 1 904	<hr/> 2 340	
Juros Suprimentos Suportados (Nota 24)			
GI Seguros	3 901	3 901	
	<hr/> 3 901	<hr/> 3 901	

	Saldos	31/dez/17	31/dez/16
Clientes (Nota 9)			
GI Insurance Portugal		40 398	38 991
Gessur		10 875	16 970
		<u>51 272</u>	<u>55 961</u>
Outras contas a receber (Nota 11)			
Gessur		2 689	2 329
Upside		-	210
		<u>2 689</u>	<u>2 539</u>
Fornecedores (Nota 18)			
GI Seguros		83 471	154 839
GI Serviços Corporativos		223 638	210 195
GI Capital Solutions		-	4 097
		<u>307 109</u>	<u>369 131</u>
Outros Investimentos Financeiros - Suprimentos (Nota 7)			
Gessur		34 132	41 446
		<u>34 132</u>	<u>41 446</u>
Financiamentos Obtidos - Suprimentos (Nota 17)			
GI10 SGPS		750 000	-
GI Seguros		78 020	78 020
		<u>78 020</u>	<u>78 020</u>
Outras contas a pagar (Nota 19)			
GI10 SGPS		64 380	-
BIC Seguros		-	161 726
		<u>64 380</u>	<u>161 726</u>

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

27. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º1 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, de 30 de Dezembro, é apresentada de seguida a informação aí solicitada, desagregada por alínea respectiva do artigo supra referido:

- a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações:

Esta informação é divulgada pela Sociedade na nota 3.13.

- b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo:

	2017	2016
Comissões	4 625 066	4 452 674
Honorários	84 142	36 725
	<u>4 709 208</u>	<u>4 489 399</u>

A origem das remunerações acima identificadas, comissões e honorários, foi gerada com Companhias de Seguro e/ou Clientes e resulta integralmente da actividade de mediação.

Sempre que os honorários reconhecidos pela Sociedade correspondam a prestações de serviços realizadas directamente com clientes não existem comissões liquidadas pelas Companhias de Seguros nos respectivos contratos.

- c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramos "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida":

	2017	2016
Ramo Vida	131 685	131 647
Ramo Não Vida	4 493 381	4 321 027
	<hr/> 4 625 066	<hr/> 4 452 674

- d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, não se verificaram níveis de concentração, ao nível de outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela Sociedade. Ao nível das Companhias de Seguros, verifica-se que a Companhia "Seguradoras Unidas, S.A." (*resultado da fusão da antiga Açoreana Seguros, S.A. e Companhia de Seguros Tranquilidade*) representa respectivamente 27% e 30% do total das remunerações auferidas pela Sociedade em 2017 e 2016.

- e) Valores das contas "clientes"

	2017	2016
Início Exercício	656 281	664 606
Volumes movimentados no exercício:		
a débito	21 620 120	23 147 507
a crédito	21 674 722	23 155 832
Final Exercício	601 679	656 281

- f) Valores das contas a receber e a pagar

Esta informação encontra-se detalhada nas notas 9 – Clientes e 18 – Fornecedores.

- g) Valores agregados incluídos nas contas "a receber" e "a pagar"

Por entidade (origem)	2017		2016	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários				
Empresas de seguros	5 445 296	6 047 179	4 402 204	5 297 755
	5 445 296	6 047 179	4 402 204	5 297 755
Por natureza	2017		2016	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	-	1 392 508	-	1 353 376
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	5 445 296	4 654 671	4 402 204	3 944 379
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)	-	-	-	-
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	-	-	-	-
Outras quantias	5 445 296	6 047 179	4 402 204	5 297 755

- m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Atlas Seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total de remunerações

Por natureza	Remunerações Ramo Vida/Não Vida/Fundo de Pensões			
	2017	%	2016	%
Seguradoras Unidas, S.A. (ex-Açoreana Seguros, S.A)	758 599	16%	1 054 730	24%
Seguradoras Unidas, S.A. (ex-Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.)	349 750	8%	251 905	6%
Fidelidade Companhia de Seguros, S.A.	591 599	13%	619 171	14%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA	470 972	10%	469 674	11%
Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal	257 086	6%	240 941	5%
Generali - Companhia de Seguros S.p.A	299 325	6%	254 817	6%
Victoria Seguros, SA	193 909	4%	200 121	4%

28. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

29. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2016, a Sociedade não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30. Outras divulgações

Honorários do Revisor Oficial de Contas

De acordo com o disposto no artigo 66º - A do Código das Sociedades Comerciais, os honorários do Revisor Oficial de Contas, no período de 2017, foram no montante de 7.746 euros, relativamente à auditoria e revisão legal das contas anuais.

Dívidas à Segurança Social

De acordo com o disposto no art.º 21º do decreto-lei 411/91 de 17 de Outubro, a Sociedade não tem contribuições em mora perante a Segurança Social.

Dívidas à Autoridade Tributária

De acordo com o disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro, a Sociedade não apresenta dívidas em mora perante a Autoridade Tributária.

Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento dos termos legais, a Administração propõe que o resultado líquido do período seja aplicado da seguinte forma:

- 5% para Reserva Legal (1.099 Euros)
- 95% para Resultados Transitados (20.874 Euros)

Entendeu, também, o Conselho de Administração, propor aos senhores acionistas a aplicação de um montante de 32.894 Euros, a título de participação nos lucros (gratificação de balanço) a pagar aos Órgãos Sociais e aos trabalhadores que mais se distinguiram ao longo de 2017. Este gasto já se encontra incluído no exercício de 2017 por via de registo de acréscimo de remunerações a título de participação nos lucros.